

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

ATA Nº 037 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a nobre Deputada Serys Slhessarenko para assumir a 2ª Secretaria.
(A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Deputado Eliene que assuma a 1ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a Srª 2ª Secretária, para proceder à leitura da Ata.
(A SRª 2ª SECRETÁRIA PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2000, ÀS 22:00 HORAS.)

A SRª 2ª SECRETÁRIA - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 262/00, do Presidente do INTERMAT, encaminhando processos de regularização de ocupação em nome de *Aires Polese* e *Edegilson Francisco de Amorim*; e Ofícios nºs 197, 215 e 216/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, Cartas nºs 026, 027, 028, 029, 044 e 046, do Diretor de Relações Institucionais da TELEMAT-Telecomunicações de Mato Grosso S/A, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O Sr. Moacir Pires - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Peço a verificação de *quorum*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à verificação de *quorum*.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Encontram-se presentes nove Srs. Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portando, há *quorum* para manutenção da Sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA).

Sobre a mesa, uma Indicação, de autoria do Deputado Riva, e um Projeto de Lei, de autoria do Deputado Eliene, em co-autoria com o Deputado Riva.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, a necessidade de fornecer uma máquina de beneficiar arroz para o Assentamento Serra Grande - Japuranã, Distrito de Paranorte, em Juara.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, mostrando a necessidade de fornecer uma máquina de beneficiar arroz para ser instalada no Assentamento Japuranã, Distrito de Paranorte, em Juara.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender a reivindicação da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Serra Grande, Gleba Japuranã, localizada no Distrito de Paranorte, em Juara, objetivando atender as centenas de famílias ali instaladas.

O assentamento fica distante de Juara mais de cento e oitenta quilômetros, e os assentados têm que percorrer todo esse trecho para levar seu produto para beneficemente, fato que inviabiliza economicamente.

A entidade, preocupada com essa situação, procurou o Vereador Anacleto Giraldeleli, que intercedeu para que a Secretaria de Estado de Agricultura viabilize a doação de uma máquina de arroz, ação que beneficiará todas as famílias ali instaladas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 06 de abril de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

PROJETO DE LEI:

Institui o Programa Educacional Pré-Vestibular Comunitário e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Educacional Pré-Vestibular Comunitário, com o objetivo de oferecer aos alunos da rede pública de ensino a oportunidade de freqüentar um curso preparatório para o vestibular.

Art. 2º Para ser beneficiário do Programa, o estudante interessado deverá:

I - estar matriculado no terceiro ano de ensino médio ou comprovar que o concluiu em escola da rede pública de ensino;

II - dar ciência do pagamento de pequena contribuição mensal a ser definida no ato regulamentador, objetivando a complementação salarial ou contratação de professores.

Art. 3º No ocorrência de falsa declaração ou de fraude visando à obtenção do benefício, o agente do ilícito praticado estará sujeito às sanções penais e demais cominações cabíveis, bem como a exclusão do Programa.

Art. 4º A organização e gestão do referido Programa ficará a cargo da Secretaria de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Estado de Educação, que utilizará, além da estrutura física, os professores da própria Rede Estadual de Ensino, bem como os de parceria e/ou convênio com instituições de ensino superior, com o aproveitamento de acadêmicos monitores, cabendo-lhe ainda a responsabilidade pelo resultado da sua execução e implementação.

Art. 5º O estudante beneficiário do Programa Pré-Vestibular Comunitário deverá cumprir com as seguintes obrigações:

I - freqüentar assiduamente às aulas do ensino médio e do Programa;

II - não se evadir da escola regular;

III - não ter reprovação em qualquer disciplina.

Art. 6º Os recursos financeiros para implementação e operacionalização do Programa serão oriundos do Tesouro do Estado, convênios, doações e outras fontes a serem obtidas pelo órgão gestor.

Art. 7º O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação, deverá expedir ato regulamentador no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinando a execução e pronta implementação do que dispõe a presente lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Recente estudo efetuado pelo Ministério da Educação chegou a seguinte conclusão:

“A universidade brasileira, nos moldes atuais, é uma aspiração restrita a certos setores da sociedade. Quando um jovem opta pela situação de estudante universitário, não faz opção intelectual, mas sim concretamente social, preservando posições já conquistadas ou aspirando a uma ascensão social.”

Isso leva-nos a concluir que a Universidade Brasileira ainda está voltada ao interesse de certas classes sociais, em vez de beneficiar toda sociedade, bem como o seu desenvolvimento global.

Para exemplificar tal situação, buscamos verificar numa sala de terceiro ano do Ensino Médio, de escola pública, com 45 alunos, quantos estariam pensando em fazer um curso superior. Desses, apenas 07 (sete) manifestaram interesse.

As justificativas dos demais eram de que tinham que trabalhar, não teriam condições de se prepararem melhor para o vestibular, e que, conseqüentemente, não seriam aprovados. Portanto, não fariam um curso superior.

A concepção que perdura é de que quem trabalha não precisa do conhecer, do saber, e quem estuda não trabalha.

O verdadeiro saber e trabalhar, associados, parecem desnecessários nesta ordem de idéias.

Enquanto isso, em plena era da informática, da globalização e da modernidade, enfim, deparamo-nos com indústrias queixando-se da falta de técnicos e especialistas; a sociedade queixando-se do distanciamento da universidade que vive dissociada do trabalho da Nação e carente de respostas aos diversos problemas que está enfrentando, os professores queixando-se da falta de verbas para trabalho sério, pesquisa e equipamentos.

O quadro é extremamente constrangedor, principalmente por ser Brasil, um país rico, um dos maiores em área, reservas minerais, população, maior potencial hidrelétrico e florestal do mundo e, provavelmente, o que apresenta melhores condições para tornar-se uma nova potência. É constrangedor que desperdice a sua maior riqueza, a inteligência de seus filhos e não lhes dê a

oportunidade de uma educação integral e contínua.

Países como a Alemanha, o Japão, a França e outros, que foram arrasados na última Grande Guerra, se reconstruíram graças a educação que ofereceram e continuam oferecendo ao seu povo.

Enquanto isso, continuamos com alto índice de analfabetos e apenas 4%, aproximadamente, das nossas crianças alcançam a universidade.

É princípio básico a educação gratuita e de qualidade a todos os brasileiros, mas, infelizmente, esta tem sido apenas privilégios de poucos, pois garante-se o acesso, mas não se tem garantido a permanência e continuidade.

Processos instituídos, que são verdadeiros “funis” no sistema, têm impedido essa continuidade.

O grau de estudo do cidadão tem sido utilizado cada vez mais para discriminar a posição de cada um na escala social, pois quanto mais estudo se tem, menor a possibilidade de ser pobre, de ser desempregado, de receber salários irrisórios e de não ser cidadão. Mas acesso e permanência são poucos.

O individualismo, a competitividade, estimula pela nova ordem econômica, exige cada vez mais informação e conhecimento, mas quem não os possui é excluído.

Para retratar melhor a situação, uma pesquisa desenvolvida pelo IPEA revela que a cada 10 (dez) pessoas com um ano de estudo, 6 (seis) se encontram na pobreza; com 12 (doze) anos de estudo, o equivalente ao ensino médio, 04 (quatro) se encontram na pobreza. Isso reforça a tese de que fator ensino tem sido um dos determinantes de posição na pirâmide social.

Não se questiona mais a importância da educação nos tempos de hoje, para os processos de crescimento e desenvolvimento pessoal e coletivo, pois através dela se avalia e se determina a qualidade de vida.

A globalização tem suscitado discussões quanto ao elevado índice de analfabetismo, desemprego, que aprofundam as desigualdades sociais e regionais, com a crescente degradação da qualidade de vida.

Educação para todos e de qualidade tornou-se um desafio aos governantes, mas é preciso alertar: o que tem sido feito para garantir esse direito fundamental?

Programas, projetos, vem sendo experimentados, buscando reparar injustiças sociais.

Projeto de Lei do Senador Antero Paes de Barros, por exemplo, vem como ação afirmativa para amenizar as injustiças, garantindo vagas aos alunos de escolas públicas nas universidades.

Investimentos maiores, efetivos no ensino fundamental, médio e superior, sabemos, precisam acontecer para garantir a quantidade e qualidade desejada.

Nesse sentido, como ação afirmativa para amenizar o problema de injustiça com base na exclusão imposta pelo sistema de ensino, é que vem o projeto, ora apresentado, oportunizando aos alunos da rede pública uma melhor instrumentalização para aqueles poucos que têm condições de pagar um cursinho pré vestibular.

Enquanto não se destinar o devido valor, estruturação, zelo, incentivo à educação e àqueles que a fazem, medidas terão que ser levadas a efeito no sentido de reparar injustiças históricas, até alcançar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades e condições.

O projeto, ora apresentado, visa exatamente isso, alimentar, pelo menos, a esperança de milhares de jovens e adultos que deixaram de sonhar com curso superior, por se julgarem incapazes de competir com aqueles oriundos das escolas particulares e cursinhos.

Empregando professores da própria rede de ensino público e/ou os melhores alunos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

das instituições de ensino superior, através da parceria, o programa poderá ser implantado gradativamente em todo o Estado, a iniciar-se pelas cidades pólos onde existem universidades instaladas.

Mato Grosso, a exemplo de Goiás, será um dos pioneiros nessa iniciativa que não o problema do país, quanto ao acesso ao ensino superior, mas certamente estará contribuindo efetivamente com a formação, desenvolvimento dos que forem beneficiados, fazendo a sua parte, o que lhe compete dentro desse contexto desalentador.

Isso irá requerer estrutura física, remanejamento de quadro docente já existente, parte dos recursos do Tesouro do Estado, uma pequena contribuição financeira mensal por parte dos alunos que não se negarão a efetivá-la.

Em síntese, a execução do programa exigirá única e exclusivamente da vontade política por parte das autoridades em querer garantir as mesmas condições àqueles da escola pública que concluem o ensino médio e desejam ingressar numa universidade.

Tomada a decisão, caberá ao órgão organizador e gestor apresentar, em 60 (sessenta) dias, regulamentação do programa ora proposto.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em Cuiabá, 04 de abril de 2000.

Deputado RIVA -PSDB

Deputado ELIENE-PSB

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Baú (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pelo Grande Expediente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sim.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Então, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Quando chamado, V. Ex^a não estava presente. Com a palavra o Deputado Baú ...

O SR. BAÚ (FORA DO MICROFONE) - Solicito a transferência.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu estava, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, Deputado Baú.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Eliene...

O SR. ELIENE (FORA DO MICROFONE) - Solicito a transferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, Deputado Eliene.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE).

A Presidência concede agora a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, que não se encontrava presente no momento em que fora anunciado o seu nome, mas que se encontrava na Casa.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu quero aqui colocar, fazer um discurso em cima do FETHAB, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação.

Eu não acredito que o Governo vai suportar esse Fundo Estadual de Transporte e Habitação por muito tempo. As informações que eu tenho são de que o Governo irá mandar um projeto de lei para a Assembléia para rever já o setor do combustível, porque se ele não encaminhar um projeto desse, vai praticamente ficar inviável a questão do transporte e a questão do combustível aqui no Estado de Mato Grosso.

Quero aqui dizer que esse aumento de quatro centavos no óleo diesel, praticamente

inviabilizará o Estado de Mato Grosso. O Governo aumentou três reais e alguns centavos, três reais e doze centavos..

(NESTE MOMENTO O DEPUTADO ALENCAR SOARES DIRIGE-SE AO ORADOR - INAUDÍVEL.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Pois é, Deputado.. Existe uma contradição, três reais e quarenta e dois centavos no boi, que vai refletir na carne. Houve um aumento na soja e no combustível. Os Deputados Silval Barbosa, Nico Baracat e Moacir Pires participaram de uma reunião, parece-me que o Deputado Amador Tut também, e há a possibilidade de haver paralisação de todos os postos de gasolina. Todos estiveram numa reunião....

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que na reunião disseram que há a possibilidade de fecharem todas as bombas do Estado de Mato Grosso...

O Sr. Silval Barbosa - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Silval Barbosa.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente a Liderança aqui dos Partidos, realmente o problema ficou sério.

Agora de manhã, o Presidente do Sindicato dos postos revendedores de petróleo nos informava que na barreira da entrada do Estado de Mato Grosso existem vários caminhões presos, Sr. Presidente, e outra, a partir de hoje, já tomaram a decisão, a maioria dos postos revendedores não estão trocando mais notas nas bases de petróleo.

Então, V. Ex^{as} podem ter certeza, o problema é sério e o Governo não está abrindo um canal de diálogo com as classes...

O Deputado Alencar Soares (DA SUA BANCADA) - O Governo já conversou com eles, ontem!

O Sr. Silval Barbosa - Pode ter conversado ontem, mas não deu nada de concreto, de solução para as entidades.

Então, o problema é sério. A partir de hoje os postos já não estão comprando mais produtos...

Já não estão comprando mais, Deputado Moacir Pires, que participou da reunião?

O Deputado Moacir Pires (DA SUA BANCADA) - Não!

O Sr. Silval Barbosa - Então, vai virar um caos o nosso Estado de Mato Grosso daqui a dois, três dias. Assim que acabar o estoque que os postos têm, podem ter certeza, se eles não estão comprando mais, realmente, vai ficar muito grave.

Nós estamos em pleno período de escoamento da nossa produção do soja, do arroz, enfim, e V. Ex^{as} podem ter certeza que vai ser realmente um desastre para o setor produtivo do Estado de Mato Grosso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu agradeço ao Deputado Silval Barbosa.

Eu quero solicitar ao Deputado Moacir Pires, que foi um Deputado que participou da reunião, que discutiu o assunto, para que use do aparte também para fazer colocações sobre o quadro crítico pelo qual está passando hoje...

O Sr. Alencar Soares - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Alencar Soares.

O Sr. Alencar Soares - Só para reafirmar, e eu acredito que a gente tem mais experiência, realmente é um imposto difícil, ninguém quer pagar. Eu já fui empresário e a gente realmente acha que é pesado, mas, com toda sinceridade, o gado, os três reais e quarenta e um centavos não pesam no preço final da carne, porque esse gado, a maioria que é comercializada, é de gado novo. E uma das realidades...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Eu tenho recebido pressão. Ontem, os leiloeiros, as firmas leiloeiras de Barra do Garças, Xavantina e Água Boa, só de Água Boa movimentam dez, doze mil por mês e nunca pagaram nenhum centavo, porque, na realidade, o pecuarista compra e vende o gado no Estado inteiro e ninguém paga nada. Só paga quando vai para o frigorífico. Essa é a realidade. Mas eu quero dizer para V. Ex^a que é ruim.

Eu não votei o projeto, mas se estivesse aqui votaria o Projeto, Deputado. Eu não estava aqui, mas se estivesse aqui votaria, não nego, e falei ontem para o povo da minha região. Eu ainda mostrei para eles, ninguém prova...

No preço final da carne o Governo fez o incentivo. O ICMS do boi gordo era de 17%, hoje é de 2%. Então, o Governo fez, V. Ex^a sabe disso, V. Ex^a não é capaz de negar, o Governo concedeu incentivo na carne, no algodão, na suinocultura, no PRÓ-COURO, no PRÓ-MADEIRA.

Realmente, ninguém quer pagar o imposto. Essa comercialização de gado dentro de Mato Grosso, num Governo passado, que eu não me lembro bem qual, qualquer gado que fosse comercializado ou transportado pagava o ICMS normal. Aí não pagavam, começaram a cobrar, aí tiraram novamente.

Já houve o imposto de 17% nessa comercialização. Então, eu quero informar isso e dizer que realmente é isso aí a realidade, e não acrescenta no preço da carne.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Obrigado, Deputado Alencar Soares.

O Sr. Moacir Pires - Conceda-me um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo o aparte ao Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Eu gostaria de dizer à Bancada de Situação do Governo que nós podemos até ter simpatia pelo atual Governo que eles defendem, isso no caso da Bancada de Situação, mas é inadmissível, Deputado Zé Carlos do Pátio, nós mesmos votarmos matéria que vai mexer no bolso do cidadão, que vai mexer no nosso próprio bolso. Isso é mais uma matéria que vai mexer no nosso bolso.

Aqui já foi votado aumento do ICMS de energia, que era de 17%, de 25%, foi para 30%, e com o jeito da cobrança, acaba saindo 42%. Isso aí reflete no meu bolso, no bolso do mais humilde cidadão que mora em outros municípios, nos Bairros Pedra 90, no Jardim Vitória, no Florianópolis, em Rondonópolis, no Estado inteiro, e agora mais esse imposto.

Então, o que os produtores rurais não entendem é como que essa Casa de Leis fez passar este Projeto sem uma consulta, sem ter feito um chamamento da classe que sempre ajudou o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Os pecuaristas, os produtores rurais nunca negaram em ajudar o DVOP, ajudar o Prefeito, ajudar os Vereadores, com mil litros de óleo diesel, com dez mil litros de óleo diesel. Nós vemos isso aí com o Senador Jonas Pinheiro, que é um grande defensor da agroindústria no Estado de Mato Grosso.

Então, eles se sentem traídos pelo Governo do Estado e pela Assembléia Legislativa, como foi o discurso deles lá, porque não foram chamados para um debate. Eles não negam pagar, não, para ajudar o Estado, porque eles têm sido companheiros no crescimento deste Estado.

Outros governantes que passaram por aqui, Deputado Rene Barbour, chamaram esse povo para vir desbravar o Estado de Mato Grosso. V. Ex^a ajudou a arrumar aquela serra, chegando em Castanheira, eu estive lá de carro há quinze dias, e vi o sofrimento que está para um caminhão ou uma carreta subir aquela estrada.

Então, as pessoas querem que a estrada esteja em trânsito legal, que possam trafegar as carretas e cobrar um frete mais barato. Agora, os que os produtores rurais, o que os transportadores de combustível querem é ser ouvidos, não querem que se aprove um Projeto desse como chegou aqui na Assembléia Legislativa, que foi lido por V. Ex^a às 21:00 horas e quando foi 23:00 horas estava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

aprovado. E, hoje, o Estado nem preparado está para cobrar essas taxas, porque está causando transtornos aí. Tem caminhões de gado que saíram de Alta Floresta três dias antes de vincular essa taxa e, chegando aqui, foram presos oito caminhões de gado. Não há fazendeiro que agüente isso! Não há empresário que agüente uma situação dessa! O que o povo pede é para que o Governo tenha um pouco mais de respeito e que converse com a sociedade, que respeite o cidadão que veio ajudar a abrir o Estado de Mato Grosso., e pede o respeito da Assembléia Legislativa.

Portanto, esse é o recado que eles nos passaram e pediram para que déssemos esse recado aos Srs. Deputados. O Deputado Amador Tut sofreu na pele e no osso, lá na reunião, quando disse que votou. Achei que o Deputado Amador Tut foi muito corajoso em ter participado de uma reunião dessa.

Mas, Deputado Zé Carlos do Pátio, este discurso é para defender a nossa classe, não é o Governo, não! É a nossa classe! A Assembléia Legislativa ficou em baixa, ficou muito ruim para a Assembléia ter aprovado esse Projeto sem que fosse comunicado...

O Sr. Amador Tut - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Moacir Pires - Eu estou usando a palavra num aparte, assim que eu concluir V.Exª pode...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - O Deputado citou o meu nome!

O negócio não é coragem, não! Eu tenho deveres, eu sou o maior associado de lá, não tem nenhum daqueles lá, a não ser o Álvaro e o Simarelli, que ganha de mim. Eu sou o terceiro associado de lá. Lá é minha casa, em todos os sentidos, não só com revenda, com transporte e com comercialização de gado, também. Então, estou na área, eu tenho que ir na minha casa. Eu falei aqui nesta tribuna e eles me falaram que eu estava bebendo veneno! Mas, infelizmente, um voto no meio de dezesseis valia alguma coisa? Falei aqui!

Inclusive, Sr. Presidente, eu pedi para que fosse retirada das notas Taquigráficas e da gravação a minha fala naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Continua com o aparte o Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Só para concluir, é o que eu falei no início do meu discurso, que às vezes a gente pode ter uma adoração por um Governo, mas há caminhos que a gente não deve seguir, mesmo tendo adoração por esse Governo. De repente, existe um caminho mais lindo, mais fácil de ser concluído e um caminho tortuoso, de espinhos, de altos e baixos. O caminho que a Assembléia optou foi o caminho mais torto, de altos e baixos, porque está prejudicando a todos.

Eu acho, Deputado Nilson Leitão, com a amizade que V. Exª tem, com o desempenho que vem desenvolvendo no Estado de Mato Grosso, com a ajuda que vem dando aos madeireiros do Estado - ontem, nós ficamos sabendo que V. Exª esteve em Brasília ajudando esses empresários que vêm sendo massacrados pelo IBAMA no nosso Estado, é um trabalho digno, bom, que o povo quer ver nos Deputados - V. Exª deveria, com a Bancada, com os Deputados Alencar Soares, Baú e Rene Barbour, marcar uma audiência urgente com o Governador, antes que Mato Grosso vire um caos, porque vai virar, vai parar, não vai ter combustível, não vai vender uma cabeça de boi aqui dentro do Estado! Deveria marcar uma audiência urgente com o Governador, não para levar quinhentas pessoas, não, mas que vá cinco pessoas, um representante de cada órgão: um da agroindústria, o Zeca d'Ávila e o pessoal do Transporte de Combustível, para o Governador explicar. De repente, há uma equação.

Mato Grosso do Sul está cobrando dois centavos. Por que Mato Grosso tem que

cobrar quatro centavos, o dobro do preço de Mato Grosso do Sul? Por que Mato Grosso do Sul fez uma reunião com a agroindústria, com as pessoas, porque ia mexer no bolso deles e no nosso Mato Grosso não foi feita essa reunião para, pelo menos, avisar as pessoas? Por que este Mato Grosso não chama pelo menos os pecuaristas para que eles possam indicar qual a estrada a ser arrumada? Por que é que tem que arrumar o contorno de Tangará da Serra?

Sabe quantos quilômetros tem de estradas municipais no Estado de Mato Grosso, Deputado Zé Carlos do Pátio? Sessenta e cinco mil quilômetros! Sabe quantos tem de estradas estaduais? De dezoito a vinte mil quilômetros!...

(O SR. NILSON LEITÃO DIALOGA COM O APARTEANTE)

O Sr. Moacir Pires – É, vamos colocar vinte e cinco.

Mas, que transporta grãos e saída de gado, no máximo cinco mil quilômetros. Quer dizer, os pecuaristas vão estar pagando para os municípios, não é nem para o Estado. E sabe quantos quilômetros tem de estradas federais, que é de obrigação do Governo Federal? Oito mil quilômetros ou sete mil, mais ou menos! Então não se justifica pagar um absurdo desses. Onde se esperava arrecadar cinquenta milhões de reais, vai passar da casa dos cem milhões. Até eles estão espantados.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Para V. Ex^a...

O Sr. Nilson Leitão – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Concedo, nobre Deputado.

O Sr. Nilson Leitão – Deputado Zé Carlos do Pátio, muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu concordo com a preocupação de todos os Deputados, eu só não concordo quando dizem que o Governador não abriu o diálogo. Ontem, às 14:00 horas, teve uma reunião com o Secretário-Chefe da Casa Civil, com o Secretário de Fazenda, com o SINDETEP, que é o Sindicato dos Petroleiros de Mato Grosso, e nesse diálogo já se abriu também a condição do Sindicato de oferecer uma proposta de melhoria.

Concordo com o Deputado Moacir Pires em dizer que Mato Grosso do Sul só tem a metade, que é dois centavos e Mato Grosso tem quatro centavos. Porém, Mato Grosso também tem o dobro de estradas, tem mais esse detalhe, enquanto nós passamos aí vários anos, toda uma sociedade, principalmente do interior do Estado, reclamando de estradas, porque não havia condições de escoamento em hipótese alguma, e eu moro em uma região que sofre com isso, com toda chuarada. E na hora em que se acha uma solução, é simplesmente radicalizada. Eu acho que não, eu acho que pode ser adequada, alguma coisa tem que ser melhorada, sim, e o próprio Governo já concorda com isso. Ontem, ele já autorizou o Secretário de Fazenda a fazer um reestudo em alguns itens, por exemplo, no item do diesel, mas o próprio dono de posto de gasolina concorda que na gasolina ou no álcool não vai ter problema. Isso quem me informou foram os próprios proprietários de postos de gasolina e de transportadoras.

Então, eu tenho certeza absoluta, Deputado Zé Carlos do Pátio, que a preocupação de V. Ex^a é salutar, é importante. Agora, eu só não concordo em dizer que o Governo não abriu o diálogo. Isso não é verdade. O Governo abriu o diálogo, já começou a discutir ontem. Ontem eu falei com o representante do Sindicato do Norte de Petróleo, eles já estão aguardando. As carretas que foram apreendidas, ontem, tem duas situações: o fiscal do posto fez o trabalho dele, a Lei está aprovada, e ele tem que parar a carreta que não está pagando.

Agora, está havendo realmente uma falta de informação mais direta, e as refinarias não recolheram, na substituição tributária, a taxa que deveria ser paga, e que fora aprovada por Lei. Então, tem esse detalhe que precisa ser adequado, mas não é o caos, não é o prejuízo, mesmo porque o pecuarista nunca pagou a transação de boi, enquanto nós, pobres mortais aqui, para comprar um sorvete

temos que pagar imposto. Agora, o pecuarista é desonerado em tudo. A soja é desonerada em tudo. Todo pecuarista e agricultor o Governo do Estado desonerou praticamente cem por cento o seu imposto no Estado de Mato Grosso. Cem por cento!

Então, onde se cobra dois reais a tonelada de soja, dois reais a tonelada, onde ele pagaria normalmente trinta e oito reais por tonelada, ele está pagando dois reais para poder pelo menos ter estrada.

Então, eu concordo que existe um impacto na cobrança. Agora, pode ter certeza que quando se cobra do pequeno, não pode porque é pequeno; quando se cobra do grande, não pode porque é o grande. Mas está se cobrando o mínimo.

A grande realidade, agora há pouco me ligou um produtor dizendo o seguinte: “Ah, no Paraná não cobra isso.” No Paraná já tem estrada para tudo quanto é lado, onde não tem é aqui, onde não tem estrutura é o Mato Grosso, onde está crescendo no dia-a-dia é o Mato Grosso.

Então, eu concordo com a sua preocupação, eu acho que realmente tem que ter uma conversa com a Secretaria de Fazenda para rever alguns pontos, mas, no geral, o Projeto é excelente, o Projeto é salutar, o Projeto é objetivo, porque quando não tem estrada lá no Norte quem apóia somos nós, a Assembléia Legislativa, e o Deputado Moacir Pires sabe disso, que também milita na região de Juína, no Norte do Estado e em todo Mato Grosso. O Deputado Silval Barbosa sabe disso, o que é a falta de estrada.

Agora, eu vou voltar a esta tribuna dentro de vinte, trinta dias e concordar com a Oposição se o DVOP não colocar o maquinário nas estradas. Aí, podem ter certeza que eu também não concordarei com o que está acontecendo. Se estiver arrecadando e não estiverem fazendo o trabalho, podem ter certeza que eu também ficarei decepcionado e estarei contra esse projeto.

Agora, com apenas cinco dias que ele foi lançado, não deu tempo nem de iniciar um trabalho, mas na hora em que as máquinas estiverem nas estradas, resolvendo o problema do transporte que nós precisamos, eu tenho certeza que a própria Oposição vai concordar, porque vai estar melhorando e vai estar muito mais barato do que pagar dois reais. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Apenas para fazer uma observação, e depois eu vou passar a palavra ao Deputado Moacir Pires.

Eu quero dizer o seguinte: imaginem, nós temos hoje em torno de dez ou menos de dez por cento das estradas estaduais, e você cria um Fundo desses, com isso está dando direito também para que os municípios façam a mesma coisa, porque eles têm muitas estradas municipais, e para que o Governo Federal faça essas mesmas coisas. Imaginem como vai ficar a produção se todo mundo começar a criar Fundo para resolver o problema das estradas...

Na verdade, quando o Governo Dante falou que ia privatizar a CEMAT, acabou com o BEMAT, pretendia reduzir o Estado para sobrar recursos para a segurança, a educação, saúde e estradas.

Então, no ano passado houve um crescimento nominal da economia do Estado de Mato Grosso em 21%. O PIB do Estado de Mato Grosso cresceu, era o décimo sétimo do Brasil, caiu para décimo quinto.

A arrecadação do Estado de Mato Grosso, no ano passado, foi de um bilhão e duzentos milhões de reais. Quer dizer, nós tivemos um crescimento nominal altíssimo, enquanto o Brasil não teve crescimento nenhum. Foi o Estado que mais cresceu na Nação. Mesmo crescendo nessa envergadura, ainda se cria mais esse Fundo? Na verdade, hoje, a produção está precisando de incentivo, como nós votamos, no ano passado, o PROALMAT, o PRÓ-MADEIRA, e vários outros incentivos para o desenvolvimento.

O índice menor de estradas de Mato Grosso, são estradas estaduais. Não são

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

estradas... Eu tenho um dado interessante, depois eu vou passar...

O Sr. Alencar Soares - Concede-me um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Alencar.

O Sr. Alencar Soares - Ele não concorda. E ontem eu mostrei para V. Ex^a, com tudo que V. Ex^a está falando aí, que é uma realidade, o Governo privatizou... O BEMAT pegou esculhambado, tem que fechar mesmo, o que o Governo quer com Banco... Mas vendeu a CEMAT, privatizou tudo isso aí.

E eu mostrei para V. Ex^a, ontem, que o povo está satisfeito com o Governador Dante, a pesquisa mostra isso aí. Aí V. Ex^a falou para mim: “E na realidade o povo está”. V. Ex^a confirmou...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Realmente, as pesquisas não vão negar...

O Sr. Alencar Soares - Então, o Governo está no caminho certo!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu não vou negar as pesquisas. Eu não vou aqui negar uma coisa técnica. Realmente, o Governo está com um bom índice, mas eu não posso concordar. Não é porque a sociedade está achando que o Governo Dante está bem, que a sociedade está achando bom que o Governo aumente o imposto da energia, da telefonia, aumenta o Fundo, que eu vou compactuar com isso. Eu não posso! Eu, como Líder político, não posso acompanhar o que a sociedade pensa. Nem tudo, senão eu vou ser um basista. Basista é aquele que só acompanha tudo que o povo pensa. Eu também tenho que contrapor algumas coisas que a sociedade pensa.

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moacir Pires - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu esqueci, no meu primeiro aparte, e quero concluir uma preocupação muito grande que eu venho tendo, quanto à classe política.

Esses dias eu fui fazer uma visita a uma chácara, onde um colega meu, eleitor, me pediu para que arrumasse uma estrada. Chegando lá ele me apresentou a sua caseira, e ela falou: “Ih, político? Deus me livre”. Quer dizer, dá pra ver o quanto nós estamos em baixa. Eu fiquei triste com isso, e ainda mais ontem, esperava um debate à altura dos Senadores Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães e isso aí magoou muito o Brasil e colocou a classe política, ainda mais, em baixa. Ainda mais o que vem acontecendo com o caso Pitta...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Eu requero a verificação de *quorum*, com a minha saída do plenário, porque nós não temos número para votar matérias. Então, nós podemos nos deslocar para os gabinetes para resolver problemas por lá.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido o pedido de V. Ex^a.

Convido o nobre Deputado Silval Barbosa para assumir a 1^a Secretaria e proceder à contagem dos Srs. Deputados que se encontram em plenário.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A 1^a SECRETARIA.)

O SR. 1º SECRETARIO - Sr. Presidente, seis Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portanto, não há *quorum* para prosseguimento da Sessão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Alencar Soares, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal: Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Carlos Brito, do PSDB; Emanuel Pinheiro, do PFL; Nico Baracat (EM MISSÃO OFICIAL - PMDB); Eliene (PSB) e Romoaldo Júnior (EM MISSÃO OFICIAL - PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Declaro levantada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).